

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Companhia Energética do Ceará - Coelce (“Companhia”), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, que é regulada pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em dezembro de 2028.

Em 19 de fevereiro de 2018, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As Demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que, por sua vez, estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As Demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens: Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado; Instrumentos financeiros - disponíveis para venda; Contingências e Benefício a empregados.

A elaboração de Demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas, benefícios pós-emprego, intangível (amortização) e instrumentos financeiros.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas Demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das Demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das Demonstrações contábeis, estão descritas a seguir.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão do Grupo.

2.2. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As Demonstrações contábeis são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final o período a que se refere o relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são assim classificados e avaliados a valor justo por meio do resultado. Empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado. Empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4. Ativos e passivos financeiros setoriais

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08") que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que eliminou, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

2.5. Ativo indenizável (concessão)

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

2.6. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia - Contratos de Concessão. O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete a vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados até o final da concessão, são classificadas como um ativo indenizável com base nas características estabelecidas no contrato de concessão, onde a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

2.7. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de Demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido, são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica.

2.8. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário independente e qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O déficit/superávit é calculado deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as Demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado do exercício em que ocorrem, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

2.9. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição até o ano-base de 2017. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta “Reserva de Incentivo Fiscal”.

2.11. Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações contábeis, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

c) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.12. Resultado por ação de capital

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

2.13. Pronunciamentos emitidos, mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas Demonstrações contábeis. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
IFRS 9: Instrumentos Financeiros	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.
Principais pontos introduzidos pela norma	
Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de <i>impairment</i> para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.	
Impactos da adoção	
A administração revisou seus ativos e passivos financeiros mas espera impacto da adoção da nova norma em 1º de janeiro de 2018:	
<ul style="list-style-type: none">Não é esperado impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros, uma vez que a nova norma somente afeta os passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, classificação essa não adotada pela Companhia.As novas regras sobre contabilidade de hedge estão alinhadas com as práticas de administração de risco.No que se refere ao novo modelo de <i>impairment</i> para ativos financeiros, a Companhia está em fase final de determinação dos impactos quantitativos dessa nova norma, contudo, de acordo com a nova metodologia para estimar as perdas esperadas de crédito que afeta a principalmente a aplicação de <i>impairment</i>, a Administração estima que não terá impactos significativos na data inicial da aplicação desta nova metodologia, no entanto na data de emissão das demonstrações contábeis a quantificação da magnitude deste impacto ainda está em processo de análise e revisão detalhada devido à complexidade das estimativas e a quantidade de informações necessárias para determinação do valor.	
As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados.	

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

IFRS 15: Receita de contratos com clientes

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

Principais pontos introduzidos pela norma

Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

Impactos da adoção

A administração realizou a revisão dos seus contratos e não identificou impactos oriundos da adoção da norma.

IFRS 16 Leases - Arrendamentos

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.

Principais pontos introduzidos pela norma

Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.

Impactos da adoção

A avaliação da Companhia dos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida pelas áreas diversas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.

3. Reajuste tarifário anual

De acordo com seu contrato de concessão, a Companhia teve o reajuste tarifário em 22 de abril de 2017. O reajuste tarifário médio foi de 0,15%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.223, de 18 de abril de 2017, com vigência até 21 de abril de 2018. Para os consumidores de baixa tensão, houve uma redução em torno de 0,39%. Já para os clientes de média e alta tensão, o reajuste foi cerca de 1,44%.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória

a) Bandeiras tarifárias

Em 2017, vigoraram as bandeiras tarifárias verde nos meses de janeiro e junho, amarela nos meses de fevereiro, março, julho e setembro e vermelha nos meses de abril, maio, agosto, outubro, novembro e dezembro.

b) Processo de ajuste na tarifa - ERR Angra III

A Resolução nº 2.214 / 2017 da Aneel determinou que todas as distribuidoras do setor elétrico devem devolver em abril os maiores valores de custo de Angra III incluído nas taxas. No período de 1 a 30 de abril a tarifa de energia da Companhia foi reduzida para devolver em um mês os valores relativos aos custos de Angra III. O objetivo é o de reverter os efeitos da inclusão da parcela do Encargo de Energia de Reserva (EER) correspondente para a contratação de Angra III. Recordando que o processo natural de reajuste tarifário de distribuição, estes valores seriam devolvidos aos consumidores em 12 meses.

O procedimento foi dividido em duas fases: a primeira, durante o mês de abril, a tarifa será reduzida para inverter os valores de Angra III compreendidos a partir do processo tarifário anterior e, ao mesmo tempo, deverá considerar o custo futuro do EER dessa usina. Na segunda etapa, a partir de 01 de maio e continua até que o próximo processo tarifário de cada distribuidora, a tarifa deverá incluir (i) o custo futuro do EER de Angra III e (ii) para as distribuidoras que tenham sido submetidos ao reajuste em 2017, como é o caso da Companhia, valores de devolução em 12 meses já estavam incluídas na tarifa.

5. Mudanças de estimativas e nas políticas contábeis

a) Revisão na política e nas estimativas da provisão para crédito de liquidação duvidosa

A Companhia vinha adotando como política contábil o reconhecimento do contas a receber líquido das perdas por valores incobráveis (write-off) - tomando por base o critério de dedutibilidade fiscal, sendo constituído a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre o saldo remanescente.

A PCLD vinha sendo constituída tomando por base os seguintes critérios:

- i) Para os consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias;
- ii) Para os consumidores da classe comercial vencidos há mais de 180 dias;
- iii) Para os consumidores das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias;
- iv) Uma análise individualizada ou por classes de consumo dos títulos a receber de valores vencidos a longas datas com ou sem negociação de dívida parcelada.

Em consonância com o item 25 - Consistência de apresentação, do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e do item 131 do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos, a Companhia, alterou a sua política contábil apresentada anteriormente, às políticas de cobrança realizadas pela área de Gestão de Crédito da Companhia, tendo sido promovida os seguintes aprimoramentos em dezembro de 2017:

- a) Revisou e alterou os prazos médios de recuperabilidade dos direitos creditórios por classe de consumo, que passaram a ter como parâmetro o prazo de 180 dias para as classes de consumo residencial; e 360 dias as demais classes de consumo;
- b) Deixou de constituir a provisão sobre um percentual da dívida parcelada, uma vez que a negociação comercial caduca havendo atraso superior a 3 meses, retornando a dívida para a morosidade correspondente a data de emissão das faturas;
- c) Alterou o critério de classificação de perdas com valores incobráveis apurado com base nos critérios fiscais, da seguinte forma:
 - **Valores vencidos a mais de 5 anos:** estes valores se mantêm apresentados como uma redução do contas a receber (perda), em vez que com base nos dispositivos legais e regulatórios o êxito na cobrança comercial destes recebíveis o é muito baixo;
 - **Valores vencidos a menos de 5 anos:** estes valores estão sendo apresentados compondo o saldo da provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD), uma vez que estas dívidas são base para negociações comerciais de recuperação de ativos (Campanhas comerciais), os quais são objeto de parcelamento pelo cliente.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue os quadros referentes a reclassificação mencionada:

2016						
	31/12/2016	Reversão de valores incobráveis	Contas a receber Reclassificado	PCLD		Contas a receber 31/12/2016
				Constituição de PCLD de Valores Incobráveis	Provisão para Devedores Duvidosos	
Classe de consumidores:						
Residencial	291.188	99.196	390.384	(99.196)	(22.660)	268.528
Industrial	94.049	2.902	96.951	(2.902)	(50.146)	43.903
Comercial	98.893	21.162	120.055	(21.162)	(5.604)	93.289
Rural	68.709	27.614	96.323	(27.614)	(753)	67.956
Poder público	53.080	3.720	56.800	(3.720)	(747)	52.333
Iluminação pública	16.958	481	17.439	(481)	(332)	16.626
Serviço público	18.038	1.237	19.275	(1.237)	(478)	17.560
Fornecimento faturado	640.915	156.312	797.227	(156.312)	(80.720)	560.195

	PCLD				31/12/2016
	01/01/2016	Adições	Baixas	Constituição de PCLD de Valores Incobráveis	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(130.617)	(107.639)	110.193	(156.312)	(284.375)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e contas correntes bancárias	78.505	34.706
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	42	108.697
Operações compromissadas	75.600	22.197
	75.642	130.894
Fundos exclusivos		
CDB (Fundos exclusivos)	-	35
Operações compromissadas (Fundos exclusivos)	129	2.492
	129	2.527
Aplicações financeiras	75.771	133.421
Total	154.276	168.127

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

7. Títulos e valores mobiliários

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2017	31/12/2016
Fundos de investimentos não exclusivos	82.142	-
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	61	1.868
LF - Letra Financeira	3	540
Total	82.206	2.408

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

8. Consumidores

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores Duvidosos	31/12/2017	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores Duvidosos	31/12/2016
Circulante												
Classe de consumidores:												
Residencial	128.954	152.879	158.074	439.907	(132.243)	307.664	134.430	133.844	122.110	390.384	(121.856)	268.528
Industrial	17.398	14.680	25.984	58.062	(25.097)	32.965	28.784	12.160	56.007	96.951	(53.048)	43.903
Comercial	53.680	36.096	36.267	126.043	(30.437)	95.606	61.101	30.444	28.510	120.055	(26.766)	93.289
Rural	41.687	27.950	38.941	108.578	(33.458)	75.120	40.974	22.739	32.610	96.323	(28.367)	67.956
Poder público	29.962	18.215	11.231	59.408	(6.657)	52.751	26.417	21.648	8.735	56.800	(4.467)	52.333
Iluminação pública	15.436	3.777	4.197	23.410	(1.596)	21.814	11.212	4.079	2.148	17.439	(813)	16.626
Serviço público	14.520	3.539	4.117	22.176	(2.466)	19.710	10.814	4.728	3.733	19.275	(1.715)	17.560
Fornecimento faturado	301.637	257.136	278.811	837.584	(231.954)	605.630	313.732	229.642	253.853	797.227	(237.032)	560.195
Receita não faturada	184.429	-	-	184.429	-	184.429	152.839	-	-	152.839	-	152.839
Consumidores baixa renda	34.613	-	-	34.613	-	34.613	34.968	-	-	34.968	-	34.968
Parcelamento de débitos	-	23.820	18.717	42.537	-	42.537	-	22.588	19.265	41.853	-	41.853
Outros contas a receber - RDS	6.314	4.793	40.952	52.059	(34.238)	17.821	2.534	3.331	33.749	39.614	(29.933)	9.681
Contas a receber	225.356	28.613	59.669	313.638	(34.238)	279.400	190.341	25.919	53.014	269.274	(29.933)	239.341
Total do circulante	526.993	285.749	338.480	1.151.222	(266.192)	885.030	504.073	255.561	306.867	1.066.501	(266.965)	799.536
Não circulante												
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-	-	-	15.289	15.289	(15.289)	-
Parcelamento de débitos	-	-	7.585	7.585	-	7.585	-	-	7.982	7.982	(2.121)	5.861
Total não circulante	-	-	22.874	22.874	(15.289)	7.585	-	-	23.271	23.271	(17.410)	5.861

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	01/01/2016	Adições	Baixas	Constituição de PCLD de Valores Incobráveis	31/12/2016	Adições	Baixas	Constituição de PCLD de Valores Incobráveis	31/12/2017
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(130.617)	(107.639)	110.193	(156.312)	(284.375)	(32.070)	85.494	(50.530)	(281.481)
	(130.617)	(107.639)	110.193	(156.312)	(284.375)	(32.070)	85.494	(50.530)	(281.481)

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 180 dias, da classe comercial, industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias os quais tomam por base a curva de recuperabilidade (realização) dos recebíveis. Considera também, uma análise individual, quando aplicável, dos títulos a receber ou do saldo da dívida parcelada, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A provisão de outros serviços complementares é constituída sobre os valores vencidos a mais de 360 dias, ou em casos específicos baseados nas mudanças no perfil de pagamento do devedor.

9. Subvenção CDE - desconto tarifário

	31/12/2017	31/12/2016
Resolução homologatória 1.711/2014	74.489	74.489
Resolução homologatória 1.882/2015	90.419	90.419
Resolução homologatória 2.065/2016	152.659	100.679
Resolução homologatória 2.223/2017	28.791	-
Parcela de ajuste	12.170	(917)
Atualização monetária	6.660	6.660
	365.188	271.330

Valor a ser repassado pela CCEE, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções Homologatórias nºs 1.711/14, 1882/15, 2.065/16 e 2.223/17), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08 de julho de 2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, em taxas regulamentares, o montante de R\$ 338.159 (R\$ 277.699 em 2016), correspondente à parcela a repassar a CCEE decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Ativo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compra de energia	91.352	(43.342)	121.839	(32.188)
Encargo de serviço do sistema - ESS	26.619	(14.019)	(92.883)	33.020
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	(32.302)	13.524	12.754	(520)
Uso da rede básica	14.343	(5.883)	3.172	(995)
Outros	(440)	-	1.906	97
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A	99.572	(49.720)	46.788	(586)
Repasse de sobrecontratação de energia	2.093	1.321	(63.528)	20.618

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Recomposição de ICMS	26.381	(4.815)	61.956	(3.839)
Bandeira não faturada	(11.250)	-	-	-
Postergação de revisão tarifária	-	-	(13.571)	-
Neutralidade	7.948	(3.068)	(7.892)	3.084
Outros	217	63.156	66.599	28.336
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	25.389	56.594	43.564	48.199
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais	124.961	6.874	90.352	47.613

11. Tributos a compensar

	31/12/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	16.918	-	22.549	-
ICMS (a)	47.273	40.048	41.257	32.364
ICMS parcelamento	-	11.056	11.056	-
PIS e COFINS	9.200	-	677	-
INSS Patronal	821	-	5.577	-
Outros tributos	130	-	50	-
Total	74.342	51.104	81.166	32.364

- a) Do total de crédito de ICMS, R\$ 67.202 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 53.027 em 31 de dezembro de 2016) referem-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 20.119 (R\$ 20.594 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte.

12. Benefício fiscal

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

Conforme a Instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, o registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31/12/2017	31/12/2016
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(650.226)	(630.400)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	346.130	333.045
Saldo	42.499	49.240
Não Circulante	42.499	49.240

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reserva de capital	31/12/2017	31/12/2016
Ágio da incorporação	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Saldo	<u>221.188</u>	<u>221.188</u>

A seguir, o cronograma de realização do benefício fiscal:

	31/12/2017	Percentual
Em 2018	6.168	15%
Em 2019	5.646	13%
Em 2020	5.166	12%
2021 em diante	25.519	60%
	<u>42.499</u>	<u>100%</u>

13. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de Aplicação	31/12/2017	31/12/2016	
		Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Itaú-Unibanco TOP DI	Fundo de Investimento	-	44.242	-
Bradesco	CDB	7	-	6
Itaú	CDB	-	-	792
BNB	CDB	17.605	-	18.161
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	7.873	-	8.027
Caixa	Caução	-	320	-
Total		<u>25.485</u>	<u>44.562</u>	<u>26.986</u>

14. Ativo indenizável (concessão)

	31/12/2017	31/12/2016
Saldos Iniciais	<u>1.103.190</u>	<u>889.932</u>
Transferências do ativo intangível	239.243	160.408
Marcação a mercado - ativo indenizável	41.331	52.850
Saldos Finais	<u>1.383.764</u>	<u>1.103.190</u>

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento pelo poder concedente.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imobilizado

	Saldos em 31/12/2016	Depreciação	Adição	Transferência	Reclassificação	Saldos em 31/12/2017
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	50.018	-	-	5.687	-	55.705
Móveis e utensílios	43.304	-	-	2.561	-	45.865
Subtotal	93.322	-	-	8.248	-	101.570
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos	(36.170)	(3.655)	-	-	-	(39.825)
Móveis e utensílios	(24.836)	(2.252)	-	-	-	(27.088)
Subtotal	(61.006)	(5.907)	-	-	-	(66.913)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	12.254	-	(5.888)	(5.687)	4.105	4.784
Móveis e utensílios	5.461	-	906	(2.561)	-	3.806
Subtotal	17.715	-	(4.982)	(8.248)	4.105	8.590
Total do imobilizado	50.031	(5.907)	(4.982)	-	4.105	43.247
Terrenos	5.602	-	-	-	(5.602)	-
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	132	(7)	-	-	(125)	-
Máquinas e equipamentos	17	-	-	-	(17)	-
Total dos Investimentos	5.751	(7)	-	-	(5.744)	-
Total	55.782	(5.914)	(4.982)	-	(1.639)	43.247

As taxas de depreciação que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, sendo as principais as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

16. Intangível

	31/12/2017			31/12/2016
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido
Em Serviço				
Direito de uso da concessão	4.257.930	(2.239.683)	(354.500)	1.663.747
Software	195.648	(120.427)	-	75.221
Em Curso				
Direito de uso da concessão	579.939	-	(209.687)	370.252
Software	64.685	-	-	64.685
Total	5.098.202	(2.360.110)	(564.187)	2.173.905
				1.909.191

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em Serviço				Em Curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.950.787	(1.984.773)	(403.087)	1.562.927	364.596	(179.279)	185.317	1.748.244
Adições	-	-	-	-	529.986	(23.463)	506.523	506.523
Baixas	(37.113)	16.481	-	(20.632)	-	-	-	(20.632)
Amortização	-	(197.352)	32.825	(164.527)	-	-	-	(164.527)
Transferências	359.308	-	(8.743)	350.565	(359.308)	8.743	(350.565)	-
Transferências para o ativo indenizável	(160.408)	-	-	(160.408)	-	-	-	(160.408)
(-) Provisão para redução de recuperabilidade	-	-	-	-	(9)	-	(9)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.112.574	(2.165.644)	(379.005)	1.567.925	535.265	(193.999)	341.266	1.909.191
Adições	-	-	-	-	731.066	(37.183)	693.883	693.883
Baixas	(67.006)	40.460	-	(26.546)	-	-	-	(26.546)
Amortização	-	(217.032)	33.369	(183.663)	-	-	-	(183.663)
Transferências	623.108	-	(21.495)	601.613	(623.108)	21.495	(601.613)	-
Transferências para ativo indenizável	(251.874)	-	12.631	(239.243)	-	-	-	(239.243)
(-) Reversão de provisão para desativação de bens	35.839	(17.195)	-	18.644	-	-	-	18.644
Reclassificação Bens de Renda Imobilizado	937	(699)	-	238	5.506	-	5.506	5.744
Reclassificação do ativo imobilizado	-	-	-	-	(4.105)	-	(4.105)	(4.105)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.453.578	(2.360.110)	(354.500)	1.738.968	644.624	(209.687)	434.937	2.173.905

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com as regras definidas pela ANEEL para fins tarifários e de determinação da indenização dos bens reversíveis à concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao término do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Ativo Indenizável nos moldes da Lei nº 12.783/13.

As taxas de amortização que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, em que as principais são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Medidor eletromecânico	4,00%
Condutor de tensão superior a 69kv	2,70%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%
Software	20,00%

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores

	31/12/2017	31/12/2016
Compra de Energia	353.577	230.595
Encargo de Uso da Rede	31.918	9.926
Partes relacionadas (vide nota 22)	126.653	122.079
Materiais e serviços	243.714	134.707
Total	755.862	497.307
Circulante	755.862	497.299
Não circulante	-	8

18. Obrigações fiscais

	31/12/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	1.370	-	1.370	7.397	-	7.397
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	96.462	-	96.462	97.669	-	97.669
REFIS IV - Federal (Previdenciário)	1.723	10.052	11.775	1.869	12.770	14.639
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	18.751	-	18.751	21.575	-	21.575
Programa de integração social - PIS	4.061	-	4.061	4.666	-	4.666
Imposto sobre serviços - ISS	3.218	-	3.218	2.790	-	2.790
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retidos na Fonte)	6.727	-	6.727	4.420	-	4.420
Outros tributos e contribuições	1.516	-	1.516	2.193	-	2.193
Total	133.828	10.052	143.880	142.579	12.770	155.349

19. Empréstimos e financiamentos

Moeda estrangeira:	31/12/2017	31/12/2016	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
União Federal – Bônus de Desconto	3.794	3.737	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Receíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal – Bônus ao Par	5.481	5.399	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Receíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
Total moeda estrangeira	9.275	9.136					
Moeda nacional:							
Financiamentos							
Eletrobras	29.130	37.430	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Receíveis e nota promissória	6,95% a.a.
Banco do Nordeste – FNE	26.635	47.945	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Receíveis, fiança bancária e conta reserva	10% a.a.
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	22.697	26.823	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Receíveis	3,00% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) A	33.493	46.357	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Receíveis	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) B	33.504	46.371	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Receíveis	TJLP + 3,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) F	743	980	28/08/2013	15/12/2020	Mensal	Receíveis e conta reserva	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015) A	68.576	84.898	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Receíveis	TJLP + 3,1% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) B	78.905	90.109	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Receíveis	SELIC + 3,18% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) FINAME	16.827	19.608	28/12/2015	15/12/2023	Mensal	Receíveis	9,50% a.a.
Empréstimos							
Itaú CCB	102.225	156.190	20/03/2014	20/03/2019	Anual	-	112%CDI
Banco do Brasil (BB Agropecuário)	227.635	229.723	12/11/2014	07/11/2019	Semestral	-	107% CDI
Total moeda nacional	640.370	786.434					
Total de empréstimos e financiamentos	649.645	795.570					
Circulante	314.375	240.074					
Não circulante	335.270	555.496					
	649.645	795.570					

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2016	239.987	546.447	87	9.049
Captações	505.000	-	-	-
Encargos provisionados	74.983	-	414	-
Encargos pagos	(75.551)	-	(407)	-
Variação monetária e cambial	1.704	-	-	132
Transferências	220.362	(220.362)	(4)	4
Amortizações	(652.200)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	314.285	326.085	90	9.185

Abaixo segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Plano de Investimento	Desembolsado	Garantias
Financiamentos					
BNDES (Capex 2012-2013)	Financiamento do CAPEX	217.185	2012/2013	89%	Receíveis
BNDES (Capex 2014-2015)	Financiamento do CAPEX	215.126	2014/2015	92%	Receíveis
Eletrobrás	Luz Para Todos	134.085	2004	86%	Receíveis e nota promissória
Banco do Nordeste – FNE	FNE/PROINFRA	106.187	2011	100%	Receíveis, fiança bancária e conta reserva
Empréstimos					
Bônus de Desconto e Bônus ao Par	Refinanciamento dívida	* 3.001	-	100%	Receíveis e conta reserva
Itaú CCB	Capital de giro	150.000	-	100%	-
BB Agropecuário	Capital de giro	300.000	-	100%	-

*Valor em reais convertido pela taxa do dia da liberação 1,0808

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nos empréstimos com Itaú CCB, Eletrobrás e Banco do Brasil Agropecuário, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram atendidas de forma apropriada em 31 de dezembro de 2017:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite
BNDES / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50
BNDES / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60
Eletrobrás	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00
BB Agropecuário	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

31/12/2017			
2019	2020	Após 2020	Total não Circulante
205.251	60.685	69.334	335.270

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Debêntures

	31/12/2017	31/12/2016	Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
				Inicial	Final			
2ª Série 3ª emissão	146.086	284.585	17/10/2011	15/10/2016	17/10/2018	IPCA + 6,85% a.a.	Anual	29.600
1ª Série 5ª emissão	350.934	-	15/12/2017	22/12/2017	15/12/2022	CDI+0,80% a.a	Anual	350.000
2ª Série 5ª emissão	150.511	-	15/12/2017	22/12/2017	15/12/2024	IPCA + 6,001% a.a.	Anual	150.000
(-) Custo de transação	(4.622)	(464)						
Total de debêntures	642.909	284.121						
Circulante	147.121	143.957						
Não circulante	495.788	140.164						
	642.909	284.121						

Em 31 de dezembro de 2017 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Abaixo segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	143.957	140.164	284.121
Atualização monetária	-	6.576	6.576
Captações	-	500.000	500.000
Amortizações	(142.956)	-	(142.956)
Transferências	146.794	(146.794)	-
Encargos provisionados	18.752	-	18.752
Encargos pagos	(19.426)	-	(19.426)
Transferência custo de transação	(306)	306	-
Apropriação custo de transação	306	-	306
Constituição custo de transação	-	(4.464)	(4.464)
Em 31 de dezembro de 2017	147.121	495.788	642.909

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

Em 15 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures no total de R\$500 milhões divididos em duas séries: 1ª emissão, de R\$ 350 milhões e 2ª emissão de R\$ 150 milhões, destinadas, exclusivamente a implementação do programa de investimentos da Companhia.

As debêntures foram contratadas com as seguintes condições: 1ª série a 100% da taxa DI+0,80% a.a., e a 2ª série com IPCA+6,0013% a.a., com amortização Bullet e seus respectivos vencimentos em 15 de dezembro de 2022 e 15 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo das debêntures da 5ª emissão era de R\$ 501,44 milhões com taxa efetiva de 7,64% e 9,33%, respectivamente.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2ª Série 3ª emissão	
Obrigações especiais financeiras	Limite (%)
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	2,50
EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75
1ª Série e 2ª Série (5ª emissão)	
Obrigações especiais financeiras	Limite (%)
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	3,50
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	2,50

A curva de amortização das debentures do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	2019	2020	Após 2020	Total
1ª Série 5ª emissão	-	-	350.000	350.000
2ª Série 5ª emissão	-	-	150.198	150.198
(-) Custo de transação	(746)	(746)	(2.918)	(4.410)
Total a amortizar	(746)	(746)	497.280	495.788

21. Taxas Regulamentares

	31/12/2017	31/12/2016
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9)	338.159	277.699
Encargos emergenciais	2.467	2.467
P&D e Eficiência Energética	92.325	78.075
Repasse - CCRBT	38.302	12.233
Outros	1.510	491
Total	472.763	370.965
Circulante	387.223	304.886
Não Circulante	85.540	66.079

Os valores apresentados no não circulante são exclusivamente programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

22. Partes relacionadas

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref	Natureza da operação	31/12/2017				31/12/2016				31/12/2016	
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/ (Despesa)	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/ (Despesa)	Intangível
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	(a)	Compra de energia	-	111.387	-	(1.002.576)	-	-	115.120	-	(1.001.871)	-
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	(a)	Serviços	-	-	-	90	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	(b)	Compra de energia	-	-	-	(251)	-	-	115	-	(1.322)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	(b)	Serviços	-	136	-	102	-	-	-	-	-	-
Enel Cien S.A.	(c)	Encargo de Uso	-	435	-	(2.857)	-	-	192	-	(1.877)	-
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	(d)	Plano de pensão	-	2.593	99.047	(13.649)	799	-	2.974	93.748	(8.567)	513
Enel Soluções S.A.	(e)	Agente de Arrecadação	100	2.467	-	(9.590)	-	102	1.698	-	(739)	-
Enel Green Power	(f)	Compra de energia	-	86	-	(1.100)	-	-	-	-	(3.318)	-
Enel Itália	(g)	Serviços	-	9.527	-	(7.800)	-	-	732	-	-	-
Enel distribuiçõe SPA	(g)	Serviços	-	2.615	-	-	-	-	3.535	-	-	-
Enel Iberoamérica	(g)	Serviços	-	-	-	(16)	-	-	687	-	-	-
Enel Brasil S.A.	(h)	Dividendos	-	63.323	-	-	-	-	45.652	-	-	-
Enel Brasil S.A.	(i)	Serviços	1.242	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Américas S.A.	(h)	Dividendos	-	-	-	-	-	-	11.775	-	-	-
			1.342	192.569	99.047	(1.037.647)	799	102	182.480	93.748	(1.017.694)	513
(-) Plano de pensão			-	2.593	99.047	(13.649)	-	-	2.974	93.748	(8.567)	-
Parte relacionadas			1.342	189.976	-	(1.023.998)	799	102	179.506	-	(1.009.127)	513

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (CGTF): decorre substancialmente de operações de compra de energia por parte da Companhia cujo preço normativo é estabelecido pela ANEEL reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGP-M, do Dólar norte-americano e do gás natural contratado;
- Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A: Até 11 de julho de 2017, os saldos contábeis refletem as operações de compra de energia por parte da Companhia oriundos de leilão CCEAR 15º LEE 2015 ou MCSD 15º LEE 2015. A partir desta data, a movimentação contábil decorre dos efeitos da compensação financeira, celebrada nos moldes da Resolução Normativa nº 711/2016 da Aneel, correspondente a rescisão bilateral do contrato de comercialização de energia elétrica;
- Enel Cien S.A: despesas com a Rede Básica no período, esses contratos são homologados pela ANEEL mediante despacho;
- FAELCE - Fundação Coelce de Seguridade Social - Plano de pensão: A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”;
- Enel Soluções S.A: decorre substancialmente de contratos para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia;
- Enel Green Power: decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL, com Enel Green Power Modelo I, Enel Green Power Modelo II, Enel Green Power Joana, Enel Green Power Pau de Ferro, Enel Green Power Emiliana, Enel Green Power Gerônimo, Enel Green Power Tacaicó, Enel Green Power Paranapanema Enel Green Power Mourão;
- Enel Italia, Enel Distribuzione Spa e Enel Iberoamérica SPA: tem como objeto das operações a manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM encerrando o período de dezembro de 2017 com um passivo em aberto de R\$ 12.142;
- Enel Brasil S.A: decorre dos dividendos a pagar referentes ao último exercício social. A diferença para o saldo a pagar de dividendos no passivo circulante de R\$ 22.191 em dezembro de 2017 (R\$ 20.245 em dezembro de 2016), é referente aos dividendos a pagar para terceiros;
- Enel Brasil S.A: decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2017 segue no quadro abaixo. A Companhia mantém ainda

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho, não possuindo remuneração baseada em ações.

	31/12/2017	31/12/2016
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	1.813	1.126
Benefícios pós-emprego	130	141
Outros benefícios de longo prazo	1.403	1.368
Salários e encargos	4.707	4.998
Total	8.053	7.633

23. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

b) Plano de Benefício Definido (BD)

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e seis meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

c) Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- **Ativos** - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656;
- **Aposentados Lei nº 9.656** - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano;
- **Aposentados Especiais** - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 158.735 em 31 de dezembro de 2017.

Os planos de assistência médica e FGTS para dezembro de 2017 apresentaram um passivo total de R\$ 101.640 (R\$ 96.722 em 31 de dezembro de 2016) atestado por avaliação independente.

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	31/12/2017	31/12/2016
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.088.550	893.700
Custo dos serviços correntes	3.079	2.229
Contribuição dos participantes	2.166	2.069
Custos dos juros	126.865	120.573
Benefícios pagos pelo plano	(80.217)	(75.486)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	(6.495)	145.465
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	<u>1.133.948</u>	<u>1.088.550</u>

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

31/12/2017	31/12/2016
------------	------------

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.100.703	929.341
Retorno esperado dos ativos do plano	130.284	127.648
Contribuições recebidas de participantes do plano	2.166	2.069
Contribuições recebidas do empregador	15.841	12.193
Benefícios pagos pelo plano	(80.217)	(75.486)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	22.269	104.938
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	<u>1.191.046</u>	<u>1.100.703</u>

Conciliação de abertura e fechamento do efeito de teto do ativo de benefício definido

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	108.875	123.077
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	13.741	17.909
Variação no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	36.122	(32.111)
	<u>158.738</u>	<u>108.875</u>

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.133.948	1.088.550
Valor justo dos ativos	(1.191.046)	(1.100.703)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(57.098)	(12.153)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	158.738	108.875
(Ativo) passivo atuarial líquido	101.640	96.722
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	101.640	96.722
Circulante	2.593	2.974
Não Circulante	99.047	93.748

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Custo do serviço corrente bruto	5.244	4.298
Contribuições de participante	(2.166)	(2.069)
Custo do serviço líquido	<u>3.078</u>	<u>2.229</u>
Juros sobre a obrigação atuarial	126.865	120.573
Rendimento esperado dos ativos no ano	(130.284)	(127.648)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	13.741	17.909
Juros líquidos sobre o passivo	<u>10.322</u>	<u>10.834</u>
Total reconhecido na DRE	<u>13.400</u>	<u>13.063</u>

Categoria principal de ativos que cada plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Renda fixa	987.334	913.836
Renda variável	65.083	68.566
Investimentos imobiliários	113.105	100.920
Outros	25.524	17.381
Total do valor justo dos ativos do plano	<u>1.191.046</u>	<u>1.100.703</u>

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(6.495)	(145.465)
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(22.269)	104.938
Variação na restrição de reconhecimento do ativo	36.121	32.112
Montante reconhecido no exercício em ORA	<u>7.357</u>	<u>(8.415)</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Renda fixa	987.334	913.836
Renda variável	65.083	68.566
Investimentos imobiliários	113.105	100.920
Outros	25.524	17.381
Total do valor justo dos ativos do plano	<u>1.191.046</u>	<u>1.100.703</u>

Retorno real dos ativos dos planos

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Retorno esperado sobre os ativos do plano	130.284	127.648
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	22.269	104.938
Retorno real sobre os ativos dos planos	<u>152.553</u>	<u>232.586</u>

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

<u>Especificação</u>	<u>Planos BD</u>	<u>Plano CD</u>	<u>Plano Médico</u>	<u>Plano FGTS</u>
Taxa de desconto	9,78%	9,36%	9,88%	8,73%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	9,78%	9,36%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	7,38%	7,38%	N/A	7,38%
Taxa de inflação esperada	4,25%	4,25%	4,25%	4,25%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	4,25%	4,25%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média AT-49 +	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões com risco provável

	31/12/2016	Adições	Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	31/12/2017
Trabalhistas	42.853	13.693	(18.108)	1.280	(2.056)	37.662
Cíveis	89.562	34.974	(25.698)	5.501	(11.710)	92.629
Fiscais	1.909	171	(169)	178	(98)	1.991
Regulatório	52.458	4.762	(7.466)	7.653	(38.034)	19.373
Total	<u>186.782</u>	<u>53.600</u>	<u>(51.441)</u>	<u>14.612</u>	<u>(51.898)</u>	<u>151.655</u>

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa nº 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e juizados especiais, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	62.126	68.695
Cíveis	872.532	1.314.279
Fiscais	515.739	447.467
Juizados especiais	3.798	5.565
	<u>1.454.195</u>	<u>1.836.006</u>

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão:

- a) No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito - consumidor baixa renda; (vi) imposto em determinadas operações; e (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 426.523 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 364.507 em 31 de dezembro de 2016);
- b) No âmbito municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 42.847 e R\$ 4.125 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 39.938 e R\$ 3.798 em 31 de dezembro de 2016);
- c) Em relação aos tributos federais, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS que totalizam o valor de R\$ 32.971 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 30.774 em 31 de dezembro de 2016);
- d) No âmbito cível, refere-se à responsabilidade solidária com prestadores de serviços e danos materiais e morais.

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	16.650	14.725
Cíveis	21.091	19.363
Fiscais	3.935	3.712
Total	41.676	37.800

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias (em unidade)		Ações preferenciais (em unidade)						Total (em unidades)	
	Total (I)		Classe A		Classe B		Total (II)		(I) + (II)	
Enel Brasil S.A.	47.064.245	97,91%	10.588.006	37,48%	424	0,00%	10.588.430	35,55%	57.652.675	74,05%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Fundos e Clubes de Investimento	4.710	0,01%	5.868.643	20,77%	-	0,00%	5.868.643	19,70%	5.873.353	7,54%
Fundo de Pensão	919.403	1,91%	3.244.638	11,48%	-	0,00%	3.244.638	10,89%	4.164.041	5,35%
Outros	79.579	0,17%	4.583.657	16,22%	3.097	0,20%	4.586.754	15,40%	4.666.333	6,00%
Total de Ações	<u>48.067.937</u>	<u>100,00%</u>	<u>28.252.700</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.534.662</u>	<u>99,97%</u>	<u>29.787.362</u>	<u>100,00%</u>	<u>77.855.299</u>	<u>100,00%</u>

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de novembro de 2017, a acionista Enel Brasil S.A aprovou, dentro do limite de seu capital autorizado, aumento de capital social. Em decorrência do referido aumento de capital foram emitidas novas ações, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela Enel Américas S.A. Parte do aumento aqui tratado foi integralizado mediante contribuição e transferência para a Enel Brasil S.A de 3.002.812 ações ordinárias, 8.818.006 ações preferenciais classe A, e 424 ações preferenciais classe B de emissão da Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Coelce"), as quais foram devidamente avaliadas, conforme laudos de avaliação elaborados pelo BBVA Brasil Banco de Investimento S.A., na forma do artigo 8º da Lei no 6.404/76.

As ações de emissão da Coelce transferidas à Enel Brasil S.A como parte da integralização do aumento de capital social mencionado acima representam a totalidade das ações que a Enel Américas S.A detinha na Coelce, de modo que a Enel Américas S.A, com a referida integralização, ocorrida em 23 de novembro de 2017, deixou de ser acionista da Coelce, tendo todas as suas ações passado para a titularidade da Enel Brasil S.A, que passou a deter 57.652.675 ações de emissão a Coelce, sendo 47.064.245 ordinárias e 10.588.430 preferenciais, correspondentes a 74,05% do capital total da Coelce.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

b) Capital social autorizado

Na forma do disposto no artigo 168 da Lei nº 6.404/76, o Estatuto Social, em seu artigo 5º, parágrafo primeiro, prevê que a Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social em até 300.000.000.000 (trezentos bilhões) de ações sem valor nominal, sendo 100.000.000.000 (cem bilhões) ações ordinárias, 193.352.996.180 (cento e noventa e três bilhões, trezentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta) ações preferenciais Classe A e 6.647.003.820 (seis bilhões, seiscentos e quarenta e sete milhões, três mil, oitocentas e vinte) ações preferenciais Classe B. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em qualquer emissão de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76.

c) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

d) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), alínea d, do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Em 25 de abril de 2017, por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia aprovou a capitalização parcial do Saldo da Reserva de Reforço de Capital de Giro, no valor de R\$61.000.000 (sessenta e um milhões de reais) sem a emissão de novas ações.

A Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e Art. 199 da Lei 6.404/76.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

e) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei nº 12.973/2014.

Em 14 de Dezembro de 2016, a Companhia renovou o benefício fiscal da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia.

O processo de modernização foi comprovado perante à SUDENE, por meio de documentação e verificação pela visita técnica que a Companhia recebeu dos analistas da SUDENE.

Projeto Atendido: Modernização Total na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Início do prazo de fruição do benefício: 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025; Prazo total de fruição: 10 anos; Término do prazo de fruição do benefício: ano-calendário de 2025.

O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução pelo benefício fiscal, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a empresa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis. Conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, do decreto - lei nº 1.598/77.

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da lei foi contabilizado no resultado do período em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 95.878) e em (31 de dezembro de 2016 R\$ 83.012).

f) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia por meio de incorporação, vide Nota nº 11.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será inferior a 25% do lucro líquido ajustado.

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro do exercício	435.779	393.057
(-)Incentivo fiscal-SUDENE	(95.878)	(83.012)
(+)Reversão de dividendos prescritos	56	156
Lucro ajustado	<u>339.957</u>	<u>310.201</u>
Dividendo mínimo obrigatório	(84.989)	(77.550)
Dividendo adicional proposto	-	(77.550)
	<u>254.968</u>	<u>155.101</u>
Outros resultados abrangentes (benefícios pós-emprego)	(4.856)	(5.554)
Reserva reforço de capital de giro	<u>250.112</u>	<u>149.547</u>

A Companhia possui registrado no seu passivo dividendos a pagar referente a deliberação de exercícios anteriores no valor de R\$ 525.

Os dividendos mínimos, por classe de ação estão demonstrados a seguir:

Tipo de Aplicação	Dividendos mínimos sobre capital social		Dividendos mínimos obrigatórios	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ações Ordinárias	-	-	52.472	47.880
Ações Preferenciais A	13.411	12.083	30.842	28.142
Ações Preferenciais B	1.214	1.094	1.675	1.528
Total	<u>14.625</u>	<u>13.177</u>	<u>84.989</u>	<u>77.550</u>

h) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Lucro por ação

	<u>31/12/2017</u>
Numerador (em R\$ mil)	
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia	
Lucro disponível aos acionistas ordinários	269.050
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	158.139
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	8.590
	<u>435.779</u>
Denominador (em unidades de ações)	
Número de ações ordinárias	48.067.937
Número de ações preferenciais - Classe A	28.252.700
Número de ações preferenciais - Classe B	1.534.662
	<u>77.855.299</u>
Percentual por ação	
Ações ordinárias	61,7401%
Ações preferenciais - classe A	36,2887%
Ações preferenciais - classe B	1,9712%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	
Ação ordinária	5,5973
Ação preferencial - Classe A	5,9331
Ação preferencial - Classe B	6,1570

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Receita líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Fornecimento faturado	5.136.106	5.246.638
Fornecimento não faturado	184.429	152.839
Consumidores	5.320.535	5.399.477
Ativos e passivos financeiros setoriais	137.222	(182.710)
Subvenção baixa renda	200.012	191.538
Subvenção CDE - desconto tarifário	249.949	262.091
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	183.110	132.426
Receita de construção	693.883	506.523
Outras receitas	74.238	72.107
Receita operacional bruta	6.858.949	6.381.452
(-)Deduções da receita		
ICMS	(1.314.438)	(1.320.675)
COFINS	(474.222)	(447.311)
PIS	(102.956)	(97.114)
P&D	(38.354)	(39.580)
Encargo setorial CDE	(327.710)	(373.482)
Taxa de fiscalização	(5.785)	(5.516)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	(1.065)	(328)
Total de deduções de receita	(2.264.530)	(2.284.006)
Total	4.594.419	4.097.446

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Receitas (custos/despesas) operacionais

Descrição	31/12/2017					31/12/2016		
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas
Pessoal	(114.230)	-	(47.108)	-	(161.338)	(113.108)	-	(47.108)
Material	(17.604)	-	(492)	-	(18.096)	(18.310)	-	(492)
Serviços de terceiros	(281.306)	(1.552)	(41.934)	-	(324.792)	(254.410)	(1.370)	(41.934)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.385.638)	-	-	-	(2.385.638)	(2.051.697)	-	-
Encargos do uso do sistema de transmissão	(144.647)	-	-	-	(144.647)	(174.224)	-	-
Depreciação e amortização	(160.913)	-	(13.462)	-	(174.375)	(144.987)	-	-
Custo na desativação de bens	(22.165)	-	-	-	(22.165)	(48.702)	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(33.044)	-	-	(33.044)	-	(113.331)	-
Custo de construção	(693.883)	-	-	-	(693.883)	(506.523)	-	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	(2.159)	-	(2.159)	-	-	-
Indenizações DIC / FIC	(11.050)	-	-	-	(11.050)	(8.683)	-	-
Perda de recebíveis de clientes	-	(13.171)	-	-	(13.171)	-	(15.719)	-
Outras despesas operacionais	(18.034)	-	(21.269)	(2.337)	(41.640)	(16.448)	-	-
Receita de multas por impontualidade de clientes	-	-	-	47.034	47.034	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	2.994	2.994	-	-	-
Total	(3.849.470)	(47.767)	(126.424)	47.691	(3.975.970)	(3.337.092)	(130.420)	(126.424)

A energia elétrica comprada para revenda foi impactada pelo aumento de 13,09% no custo médio de compra em relação ao mesmo exercício do ano anterior.

A redução da provisão para crédito com liquidação duvidosa constituída ao decorrer da reversão da provisão de dívidas parcelas.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Resultado financeiro

	31/12/2017	31/12/2016
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	9.562	34.164
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	31.960	30.137
Receita de ativo indenizável	41.331	52.850
Variação monetária de ativos financeiros setoriais	-	8.547
Variações monetárias de dívidas	2.165	7.927
Juros fundo de pensão	248	688
Outras receitas financeiras	7.782	20.002
Total das receitas financeiras	93.048	154.315
Despesas financeiras		
Variações monetárias de dívidas	(10.082)	(33.747)
Encargos de dívidas	(94.149)	(128.538)
Encargos fundo de pensão	(10.570)	(11.522)
Variação monetária de passivos financeiros setoriais	(10.502)	-
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(14.612)	(30.303)
Atualizações de impostos	(1.258)	(5.538)
Atualização P&D/PEE	(1.484)	(1.406)
IOF/IOC	(1.416)	(3.428)
Outras multas	(10.635)	(3.194)
Outras despesas financeiras	(14.308)	(9.640)
Total das despesas financeiras	(169.016)	(227.316)
Resultado financeiro	(75.968)	(73.001)

30. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2017		31/12/2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	542.481	542.481	486.138	486.138
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	(135.596)	(48.823)	(121.511)	(43.752)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Incentivos fiscais	95.878	-	83.710	-
Permanentes - despesas e multas	(12.945)	(5.216)	(6.751)	(2.870)
IFRIC 12 e perdas indedutíveis	-	-	(1.401)	(506)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(52.663)	(54.039)	(45.953)	(47.128)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(127.908)	(46.675)	(112.827)	(41.377)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.633)	(7.364)	(16.138)	(5.751)
Incentivo fiscal	95.878	-	83.012	-
Total	(52.663)	(54.039)	(45.953)	(47.128)

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, a composição dos tributos diferidos:

	Balanços Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
IR e CS sobre diferenças temporárias	96.390	112.049	(15.659)	(2.052)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	27.644	45.477	(17.833)	1.067
Provisão para ações judiciais e regulatórias	51.563	63.025	(11.462)	(3.453)
Provisão para obsolescência de estoque	38	1.015	(977)	(105)
Outras	17.145	2.532	14.613	439
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(83.184)	(70.846)	(12.338)	(19.837)
Ativo indenizável (concessão)	(84.989)	(70.937)	(14.052)	(17.970)
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	-	(1.714)	1.714	40
Diferido perdas de bens	1.805	1.805	-	(1.907)
Subtotal - impacto no resultado do período	13.206	41.203	(27.997)	(21.889)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	53.858	51.882	1.976	3.737
Plano de pensão	54.383	51.882	2.501	2.861
Swap passivo	(525)	-	(525)	876
Total	67.064	93.085	(26.021)	(18.152)

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

31. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como de baixa probabilidade, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. No caso de transações financeiras, essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	154.276	168.127
Títulos e valores mobiliários	82.206	2.408
Instrumentos financeiros derivativos- <i>swap</i>	1.465	-
Consumidores e outras contas a receber	892.615	805.397
Ativos financeiros setoriais	124.961	90.352
Ativo indenizável/(concessão)	1.383.764	1.103.190
	<u>2.639.287</u>	<u>2.169.474</u>

No caso dos créditos com Consumidores, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

Os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis são considerados como bastante reduzidos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía a seguinte exposição de ativos com as seguintes classificação de risco realizada pela Agencia Standard & Poor's (escala nacional):

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2017	31/12/2016
AA-	133.398	153.943
AAA	78	32
AA+	100.934	12.969
Banco Central do Brasil	479	1.868
Numerário em trânsito	1.433	1.532
Não avaliado	160	191
Total geral	236.482	170.535

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

c) Risco de Câmbio

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. De forma a evitar este risco, sempre que aplicável, a Companhia contrata instrumentos derivativos (*swaps*) para as dívidas financeiras indexadas em moeda estrangeira (passando o custo para CDI, em Reais), com o objetivo estrito de proteção (Hedge). Em 31 de dezembro de 2017 a dívida em moeda estrangeira da Companhia não era significativa e não havia operações de derivativos vigentes em moeda estrangeira.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A estratégia de proteção cambial é aplicada de acordo com o grau de previsibilidade da exposição, com a disponibilidade de instrumentos de proteção adequados e o custo-benefício de realizar operações de proteção (em relação ao nível de exposição e seus potenciais impactos):

- Proteção total: quanto o montante e o prazo da exposição são conhecidos e indicam impacto potencial relevante;
- Proteção parcial: proteção para a parte cuja exposição é conhecida, caso seu impacto potencial seja relevante, e manter exposição na parcela na qual há incerteza (evitando-se posições especulativas);
- Proteção dinâmica: quando não há certeza sobre a exposição temporal, mas há impacto potencial relevante que possa ser identificado e parcialmente mitigado por posições contrárias equivalentes não especulativas.

d) Risco de encargos de dívida (taxas de juros e inflação)

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobrás) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (taxa utilizada em contratos com recursos do BNDES).

Em relação aos empréstimos indexados a taxas variáveis, que caracterizam o mercado brasileiro, no qual taxas prefixadas são ainda menos frequentes, a Companhia acompanha as taxas de juros e de inflação, de forma a observar oportunidades de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía 73% da dívida total indexada a taxas variáveis ou flutuantes, sendo que 17% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com recursos do BNDES.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2017	%	31/12/2016	%
SELIC	61	0,04%	1.867	1%
CDI	157.787	99,88%	131.470	97%
Pré-Fixado	129	0,08%	2.492	2%
Total	157.977	100%	135.829	100%

Instrumentos Financeiros Derivativos	31/12/2017	31/12/2016
AA-	1.465	-
Total geral	1.465	-

Ativo Financeiro Indenizável	31/12/2017	%	31/12/2016	%
IPCA	1.383.764	100%	1.103.190	100%
Total	1.383.764	100%	1.103.190	100%

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Taxa fixa	350.050	27%	136.741	13%
TJLP	136.316	11%	178.606	17%
Selic	78.905	6%	90.109	8%
CDI	349.578	27%	385.913	36%
TR	75.848	6%	-	0%
IPCA	296.598	23%	284.585	26%
Libor	3.794	0%	3.737	0%
Total	1.291.089	100%	1.079.691	100%

Em relação à eventual exposição de ativos e passivos relevantes às variações de mercado (cambio, taxas de juros e inflação), a Companhia adota como estratégia a diversificação de indexadores e, eventualmente, se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, à medida em que se identifique esta necessidade e haja condições de mercado adequadas que o permita.

e) Risco de liquidez

Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia mantém linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos que julgue adequados, incluindo *committed credit lines* e *uncommitted credit lines*, através de contratos firmados, cujo montante em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 140.000.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 19 e 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 6 e 7, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 25).

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2017 é de 29% (28% em 2016), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2017						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.570	7.002	30.559	68.207	5.664	115.002
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	7.145	68.140	231.209	300.639	3.843	610.976
Debêntures	(21)	(42)	188.693	577.149	78.851	844.630
	<u>10.694</u>	<u>75.100</u>	<u>450.461</u>	<u>945.995</u>	<u>88.358</u>	<u>1.570.608</u>
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.763	7.354	32.850	91.949	23.013	158.929
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	13.315	75.957	177.419	529.453	4.046	800.190
Debêntures	-	-	160.318	150.941	-	311.259
	<u>17.078</u>	<u>83.311</u>	<u>370.587</u>	<u>772.343</u>	<u>27.059</u>	<u>1.270.378</u>

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos financeiros derivativos que estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos abaixo:

	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	56	748	(100)	704
"Swaps" de juros 11/12/17	<u>56</u>	<u>748</u>	<u>(100)</u>	<u>704</u>

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	56	748	(100)	-	704
"Swaps" de juros 11/12/17	<u>-</u>	<u>56</u>	<u>748</u>	<u>(100)</u>	<u>-</u>	<u>704</u>

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

			31/12/2017		31/12/2016	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	154.276	154.276	168.127	168.127
Titulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	82.206	82.206	2.408	2.408
Cauções e depósitos	Empréstimos e recebíveis	2	25.485	25.485	71.548	71.548
Consumidores e outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	2	892.615	892.615	805.397	805.397
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	2	124.961	124.961	90.352	90.352
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	1.383.764	1.383.764	1.103.190	1.103.190
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	640.370	641.467	786.434	782.037
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	642.909	604.501	284.121	283.931
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	9.275	7.262	9.136	6.768
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	2	6.874	6.874	47.613	47.613
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	755.862	755.862	497.299	497.299

As aplicações financeiras registradas no exercício (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1** - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

As operações de derivativos, quando realizadas, são para proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos que possuem *investment grade* (escalas locais das principais agências de riscos) com “expertise” necessária para as operações, evitando-se a contratação de derivativos especulativos.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumento financeiro derivativo

Os valores da curva e de mercado do instrumento financeiro (*swap*) de 31 de dezembro de 2017 estão dispostos abaixo:

Derivativo	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença	Valor de referência (Notional) BRL
<i>SwapDlxFixo11.12.17 Santander</i>	(63)	875	938	151.042
<i>SwapDlxFixo11.12.17 Itaú</i>	(15)	590	605	101.833

A estimativa de valor de mercado das operações de *swap* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2017.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2017 havia 2 (dois) contratos de *swap*, sendo os dois de CDI para taxa fixa a fim de diminuir a exposição a variação do CDI, conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Dados contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2017	31/12/2016
Contrato de <i>swap</i>					
SANTANDER(Brasil)S.A	11/12/2017	20/03/2019	CDI+107%aa	875	-
ITAÚS.A.	11/12/2017	07/11/2019	CDI+112%aa	590	-

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nos saldos das dívidas da Companhia em 31 de dezembro de 2017 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3 (antiga BM&F). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	Risco	Base 31/12/2017	Cenários projetados - Dez.2018		
			Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	61	1	1	1
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	157.787	2.636	1.991	1.337
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pre-fixado	129	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	1.383.764	85.356	64.017	42.678
Instrumentos financeiros derivados	Alta do CDI	(253.902)	(20.028)	(20.028)	(20.028)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pre-fixado	(96.148)	(7.039)	(7.039)	(7.039)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(136.316)	(12.957)	(15.052)	(17.117)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	(78.905)	(7.513)	(8.729)	(9.927)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(349.579)	(25.730)	(31.254)	(36.701)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(296.597)	(27.183)	(29.891)	(32.572)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(3.794)	(304)	(1.181)	(1.913)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TR	(75.848)	(4.950)	(4.950)	(4.950)
			(17.711)	(52.115)	(86.231)

Em seguida, apresenta-se a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do *swap* da Companhia:

Contrato	Provável	Cenário+25%		Cenário+50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
BB Agropecuario-Sub crédito B	10.629	13.183	2.554	15.699	5.070
Swap Ponta Ativa	(10.681)	(13.248)	(2.567)	(15.776)	(5.095)
Swap Ponta Passiva	12.077	12.077	-	12.077	-
Itaú CCB	7.482	9.277	1.795	11.043	3.561
Swap Ponta Ativa	(7.527)	(9.333)	(1.806)	(11.109)	(3.582)
Swap Ponta Passiva	7.951	7.951	-	7.951	-
Total	19.931	19.907	(24)	19.885	(46)

Conforme demonstrado acima, as variações do CDI sobre a parcela da dívida coberta pelo *swap* são compensadas inteiramente pelo resultado oposto de sua ponta ativa.

32. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.720.380 em 2018, R\$ 2.957.385 em 2019, R\$ 2.928.292 em 2020, R\$ 3.045.153 em 2021 e R\$ 65.158.300 após 2021.

33. Participação nos resultados

O montante dessa participação no exercício de 2017 foi de R\$ 14.664 (R\$ 14.201 em 31 de dezembro de 2016).

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil. A Administração da Companhia considera que os montantes são adequados.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada (R\$)	Limite máximo de garantia sinistro (R\$)
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2017	31/10/2018	918.106	163.510
Responsabilidade civil	01/11/2017	31/10/2018	N/A	654.040